

Universidade e desenvolvimento local ou regional: aspectos do debate e abordagem de uma experiência em Santa Catarina*

Hoyedo Nunes Lins**

*Professor do Departamento de Economia
e Relações Internacionais e dos
Programas de Pós-Graduação em
Economia e em Relações Internacionais
da Universidade Federal de Santa
Catarina*

Resumo

A promoção do desenvolvimento local ou regional canaliza esforços dos quais as universidades geralmente participam. A razão é o papel educacional e produtor/difusor de conhecimento dessas instituições, cuja importância foi amplificada pelos desafios da globalização, muito exigentes em termos de processos de aprendizagem e inovação. Este artigo discorre sobre a atuação da universidade nesse contexto, mirando o desenvolvimento local ou regional. Argumenta-se ser crucial suas atividades “alcançarem” o entorno territorial, sobretudo quanto à pesquisa, com transbordamento que transfira conhecimento, estimule a aprendizagem e impulsione a inovação, ajudando a resolver problemas concretos. A relação da Universidade Federal de Santa Catarina com o cultivo de moluscos nesse estado é aludido como ilustração de uma projeção universitária com esse perfil.

Palavras-chave

Desenvolvimento local ou regional; “alcance” do território pela universidade; gestão universitária para o desenvolvimento

* Artigo recebido em set. 2014 e aceito para publicação em set. 2016.
Revisora de Língua Portuguesa: Elen Jane Medeiros Azambuja

** E-mail: hoyedo.lins@ufsc.br

Abstract

Promoting local or regional development involves efforts in which universities usually participate. The reason involves their role in education and knowledge production and diffusion, whose importance has grown under the challenges of globalization, which are very demanding in terms of learning and innovation processes. This article looks at the university performance in such a context, taking into account the issue of local or regional development. The ability of universities to “reach” the surrounding area is considered very important, notably in what concerns research, resulting in knowledge transfer, learning enhancement and innovation boosting, with special orientation to the solution of concrete problems. The involvement of the Federal University of Santa Catarina with mollusks production in the corresponding state is presented as an illustration of this kind of behavior.

Keywords

Local or regional development; university territorial “reach”; university administration for development

Classificação JEL: I25, O30, R11

1 Introdução

Instituição com presença multissecular na história mundial, a universidade sempre cumpriu as funções de, pelo menos, cultivar, promover, produzir e comunicar o conhecimento. A evolução do saber, nos seus diferentes aspectos e sentidos, é indissociável da sua existência e do seu funcionamento, evidenciando uma importância ímpar dessa esfera de realizações humanas para a sociedade.

Este artigo discute o papel da universidade na promoção do desenvolvimento local ou regional, nos dias atuais, período em que os processos de aprendizagem e inovação exibem particular relevância para a dinâmica econômica. Fala-se inicialmente da dimensão espacial do desenvolvimento. Depois, aborda-se a universidade como coadjuvante desse desenvolvimento. Em seguida, argumenta-se pela necessidade de uma gestão universitária compatível com esse papel. Antes das **Considerações finais**, mencio-

na-se uma experiência sul-brasileira de interação entre universidade e socioeconomia local, com resultados dignos de realce: a participação da Universidade Federal de Santa Catarina no surgimento e na expansão da maricultura nesse estado.

2 Desenvolvimento nacional e local ou regional

Poucos termos aparecem com mais frequência nos debates sobre a economia e, de uma maneira geral, sobre a vida em sociedade do que “desenvolvimento”. Tem sido assim pelo menos desde o rescaldo da Segunda Guerra Mundial, período em que, embalado até pelos processos de libertação colonial (na África e na Ásia), o desenvolvimento nacional ganhou *status* de palavra de ordem e se tornou um integrante maior das agendas públicas em diferentes países.

Nos anos 50 e 60, desenvolvimento significava praticamente o mesmo que expansão industrial. As referências básicas eram as experiências históricas dos Estados Unidos e de territórios do noroeste da Europa, cujo progresso material inspirou iniciativas de política em muitos países. Atrair investimentos estrangeiros representou ação estratégica, pelo aceno de oportunidades para o crescimento industrial, com os resultados contemplados.

Décadas depois, quase na aurora do século XXI, a situação em grande parte da periferia e da semiperiferia do capitalismo levava a falar em ilusão do desenvolvimento (ARRIGHI, 1997). A produção industrial irradiara-se mundialmente, mas as condições econômicas em numerosos países latino-americanos, africanos e asiáticos não se tinham alterado no essencial. E muito menos se observavam, mesmo quando impulsos produtivos se haviam enraizado, encadeamentos vigorosos de efeitos no plano social, com efetiva diminuição da pobreza.

Tornou-se crescentemente claro que a questão do desenvolvimento não se resumia à simples hospedagem de atividades industriais. A perspectiva analítica das cadeias globais, especialmente em narrativas sobre a globalização — nas quais despontaram as expressões *cadeias globais de mercadorias* e *cadeias globais de valor* (BAIR, 2005) —, salienta este aspecto central: mais do que a presença de atividades industriais, interessa considerar a maneira como os países e as regiões, quer dizer, as empresas neles em operação, participam dos processos globais de produção e comercialização (KAPLINSKY, 2000). O quadro geral nunca autorizou grande otimismo sobre a aproximação dos países mais pobres à situação dos mais ricos.

Nas últimas décadas, a dinâmica da inovação ganhou maior vulto na reflexão sobre o desenvolvimento. A matriz, sem margem a dúvidas, é schumpeteriana (SCHUMPETER, 1988), sobre cuja base foram depois erigidas abordagens neo-schumpeterianas. Essas ostentam praticamente tantas nuances quantos são os grupos de pesquisadores engajados na agenda geral, mas pode-se consignar que dois enfoques principais adquiriram especial visibilidade. Um refere-se à análise evolucionista, com realce para as contribuições de, entre outros, Nelson (1994); o outro, ao estudo dos paradigmas e trajetórias tecnológicos, em que desponta, por exemplo, Dosi (1988). Aprendizagem, conhecimento, desempenho institucional e inovações são expressões intensamente utilizadas nos respectivos estudos, que privilegiam a problemática da competitividade e, por extensão, do desenvolvimento.

Ênfase particular na inovação é observada notadamente na discussão em termos de *learning economy*, segundo a qual a capacidade de aprender, resultando em novas competências e habilidades, cumpre papel essencial no dinamismo econômico (LUNDVALL; BORRÁS, 1997). O pano de fundo é a globalização, com desafios e oportunidades que exacerbam a importância dos processos de inovação e, por extensão, da aprendizagem. Com efeito, a dinâmica da aprendizagem e a circulação do conhecimento representam o leito por onde corre a água para o moinho da inovação.

À medida que o paradigma do desenvolvimento nacional conquistava os discursos e as práticas, sua dimensão geográfica, em distintas escalas (regional, local), no interior dos países, crescia em interesse analítico e em apelo político e social. A rigor, já desde o final da Segunda Grande Guerra, “[...] país após país descobre que a dimensão regional de seus problemas de emprego e renda possui importância fundamental” (BROOKFIELD, 1981, p. 85, tradução nossa). O resultado, segundo Friedmann (1966, p. 5, tradução nossa), foi um “[...] súbito despertar para a dimensão espacial do desenvolvimento”.

As políticas de apoio e fomento logo incorporaram essa dimensão. De um lado, pela convicção de que o alcance de objetivos nacionais de desenvolvimento requer a adoção de enfoques regionais e a exploração dos atributos dos territórios dos países (STILWELL, 1978); de outro, pelo entendimento de que as desigualdades socioespaciais representam risco à unidade nacional e à coesão social (JOHNSTON, 1986). Assim, se, em escala de país, a promoção do desenvolvimento, fora do centro do capitalismo, visava diminuir a distância em relação ao mundo mais rico quanto ao dinamismo econômico e ao progresso material, em termos subnacionais, o alvo era a redução das desigualdades entre locais ou regiões.

Uma teoria e um instrumento atingiram condição paradigmática nesse assunto nos anos 60 e 70. A teoria do desenvolvimento regional polarizado e a criação de polos de crescimento, caudatárias do pensamento de Perroux (1967), fincaram duradouras raízes. Tem eloquência o conteúdo de uma das suas noções centrais: a de indústria motriz. Em sintonia com o espírito da época, tratava-se, em termos de política, de impulsionar a indústria em certos locais (polos), na expectativa de que pudessem ser gerados efeitos de encadeamento e de multiplicação aptos a propagar o crescimento econômico. Dessa irradiação resultariam mudanças estruturais nas regiões, inclusive com respeito à capacidade de inovar, permitindo falar, na verdade, em polos de desenvolvimento.

Mais recentemente, a atenção voltou-se às aglomerações produtivas especializadas. O contexto era de importantes mudanças tecnológicas (ligadas à “revolução” da microeletrônica), fontes de inovações organizacionais, além das incidentes em produtos e processos. Flexibilidade passou a ser a regra do jogo nas rotinas produtivas, nas relações entre firmas e nos vínculos entre essas e a força de trabalho. Tal circunstância favorecia o envolvimento das empresas de menor porte na dinâmica industrial. Harvey (1993) situou esse quadro no que designou regime de “acumulação flexível” de capital, abarcando vários aspectos da vida social, entre eles, a atuação do Estado, que descentralizou várias de suas funções, destacando-se as de promoção do desenvolvimento.

Em contraste com o desenvolvimento polarizado, em que os impulsos iniciais à dinamização originavam-se, segundo o entendimento, fora das regiões implicadas (investimentos de origem extralocal), no novo contexto, o foco passou a ser a valorização dos atributos dos lugares (numa lógica, pode-se dizer, “endógena”). De fato, ganhou vigor a ideia de que as aglomerações produtivas setorialmente especializadas, nas formas de *cluster* ou de distrito industrial, tendem a constituir produtos históricos e exibir perfis socioculturais definidos (BECCATINI, 1992). O mesmo cabe assinalar sobre o observado conhecimento tácito: resulta de sedimentação ao longo de gerações de atores sociais locais e se revela um aspecto da territorialidade, uma “especificidade” socioterritorial. Impregnado nos ambientes produtivos, esse conhecimento é um importante esteio da competitividade local ou regional (MASKELL; MALMBERG, 1999).

Essa escala de promoção do desenvolvimento tem particular realce no já referido debate sobre *learning economy*. Admite-se que “[...] território e proximidade desempenham um papel central na gênese do conhecimento tácito e na capacidade de explorá-lo” (LUNDVALL; BORRÁS, 1997, p. 39, tradução nossa), evidenciando a grande importância dos níveis local ou regional para os processos de inovação: a “[...] inovação é um fenômeno

local/regional e os sistemas de inovação mais eficientes, dinâmicos e empreendedores são regionais [...]” (SWEENEY, 1995, p. 35, tradução nossa).

A proximidade, base de frequentes e intensos contatos face a face, goza de especial proeminência nessas análises. A atuação das firmas em ambientes onde há concentração de pesquisa e desenvolvimento (P&D), mão de obra qualificada e atividades da ciência básica e onde ocorre difusão de conhecimento impulsionada por *spillovers*, representa fator que lhes favorece o desempenho inovador e contribui para o dinamismo das próprias aglomerações (AUDRETSCH; FELDMAN, 1996).

Criar, fortalecer ou ampliar as condições propícias à difusão do conhecimento, à aprendizagem coletiva e aos processos de inovação, em nível local ou regional, são providências centrais nas políticas de promoção desenhadas para as aglomerações produtivas. Isso inclui garantir vínculos “espessos” e de “qualidade”, assim como a presença de sinergia, o que impõe atuar em sintonia com o entendimento segundo o qual as interações cooperativas são fundamentais, seja envolvendo empresas, seja ocorrendo entre elas e o tecido institucional (FORAY, 1991).

3 Universidade: vetor de promoção do desenvolvimento

Grande importância é atribuída às instituições quando se privilegiam os processos de aprendizagem, a difusão de conhecimento e a dinâmica da inovação na análise do desenvolvimento local ou regional. Não que outros enfoques não os levem em consideração, mas sua presença é incontornável nos estudos sobre *clusters* e distritos industriais, principalmente quando se perscrutam os contornos de *learning regions* (MORGAN, 1997), em derivação analítica da já aludida *learning economy*.

O motivo é que a configuração institucional é um alicerce básico da aprendizagem e da inovação. Esse papel envolve o encorajamento e o apoio ao tipo de prática subjacente a tais processos: a cooperação entre os agentes. Por essa razão, é importante levar em conta, nas abordagens sobre o desenvolvimento local ou regional realizadas nessa perspectiva, o perfil e a vitalidade do tecido institucional. Em análises escoradas na noção de *learning region*, de fato,

Ênfase considerável é colocada no papel central das estruturas institucionais regionais, que permitem às regiões (e às firmas no seu interior) se ajustarem às mudanças no mercado, antecipando-se e moldando-se. Inovação e criação de conhecimento são vistas como processos interativos plasmados por um variado repertório de rotinas institucionais e convenções sociais. Is-

so envolve não simplesmente vínculos colaborativos entre as empresas, mas também entre firmas, Estado (local) e instituições da sociedade civil [...] (HUDSON, 1999, p. 64, tradução nossa).

Entre as instituições cujas atividades concorrem para os processos de aprendizagem, difusão do conhecimento e inovação, com reflexos notadamente no âmbito local e regional, a universidade é das mais proeminentes. A sua própria natureza é uma razão maior, já que a universidade integra o sistema de produção de conhecimento (GODIN; GINGRAS, 2000) e é capaz, portanto, de desempenhar funções estratégicas perante as exigências da globalização.

Esse entendimento sobre o papel da universidade marca especialmente a perspectiva analítica da Hélice Tripla, focada nos vínculos entre indústria, governo e universidade, sobretudo na interpenetração dessas esferas, quando do surgimento de organismos híbridos (LEYDESDORFF; ETZKOWITZ, 1998). Tal análise volta-se aos ambientes férteis às inovações, com empresas surgidas como *spin-offs* de universidades — em processos capazes de contribuir para o fortalecimento de “concentrações territoriais de conhecimentos”, como assinalam Benneworth e Charles (2005), e de impulsionar a inovação —, interações entre firmas de tamanhos, áreas de atuação e níveis de capacitação diferentes, estruturas tecnológicas governamentais e pesquisa acadêmica relevante. A expectativa sobre a universidade refere-se ao exercício de um papel mais forte e consequente no tocante à dinâmica da inovação, uma orientação estratégica em sociedades cada vez mais baseadas em conhecimento (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000).

Esse caminho representa mudança no tradicional papel da universidade. Formar pessoas, na mais ampla acepção do termo, educando-as e capacitando-as para aprender continuamente, permanece uma atribuição central, mas cresce a sua função econômica institucionalizada, envolvendo diferenciação progressiva entre ensino e pesquisa. Isso reflete as pressões por adaptação provocadas, de um modo geral, pelas novas relações surgidas entre a dinâmica econômica e a produção de conhecimento. Seja como for, Leydesdorff e Etzkowitz (1996) veem, nesse movimento, nada menos que uma nova revolução acadêmica.

Ao mesmo tempo em que ocorrem mudanças nas atividades das universidades, mostra-se crescente a sua participação no desenvolvimento em escala local ou regional (LINDQVIST, 2012). Essas instituições passam a sobressair na promoção desse desenvolvimento, protagonizada em meio à descentralização das funções do Estado e à crescente importância econômica da esfera local ou regional. De fato, “Há uma maior ênfase na sua contribuição para a competitividade via canalização do benefício econômico

prestado pela ciência e tecnologia, no que a escala subnacional exerce um importante papel” (HARLOE; PERRY, 2004, p. 216, tradução nossa).

Nesse processo, mostra-se decisiva a projeção extramuros da universidade, mediante crescentes atividades de extensão que espelham as progressivas demandas sociais pelo envolvimento externo da instituição. Parte importante das interações diz respeito às conexões com empresas ou, em termos mais gerais, tecidos produtivos. Em diferentes países, esses vínculos se fortaleceram nas últimas décadas, inclusive na América Latina, onde o impulso geralmente veio das demandas do setor produtivo, que necessitava do conhecimento disponível nas universidades para equacionar problemas específicos. Essas relações também decorreram da própria institucionalização dos simultâneos esforços de convergência entre universidade, setor produtivo e governos (SUTZ, 2000).

O Brasil testemunhou forte impulso nessa direção, nos anos 80, por conta da conjuntura da crise que estrangulou financeiramente o setor público e reduziu investimentos em ciência e tecnologia (C&T). Nessa década, ocorreu uma maior aproximação entre instituições de ensino e pesquisa e empresas industriais (BALDINI; BORGONHONI, 2007) e disseminação da prática de incubar empresas, que se constitui em boa tradução dessas relações do ponto de vista institucional (DINIZ; OLIVEIRA, 2006; VEDOVELLO; PUGA; FELIX, 2001). Nos anos 90, as pressões por reestruturação produtiva, fruto da maior concorrência gerada pela abertura comercial, reforçaram ainda mais essa aproximação, e até surgiram programas de alcance nacional para promover articulações envolvendo não só empresas e universidades, mas também instituições governamentais.

Diferentes estudos têm repertoriado o diálogo entre as universidades e seus entornos. No Brasil, eles costumam evidenciar problemas que remetem a aspectos centrais do debate sobre a projeção universitária na sociedade. Por exemplo, Brisolla *et al.* (1997) estudaram as relações da Universidade Estadual de Campinas com parceiros externos dessa instituição e concluíram que a maioria dos contratos firmados nesses vínculos era bem sucedida, embora as relações não houvessem resultado de estratégias da própria universidade, e, sim, do interesse dos agentes externos. Garnica, Ferreira Junior e Fonseca (2005) examinaram os motivos, os fatores e os resultados das relações entre setores da Universidade Estadual Paulista e o ambiente de Araraquara (SP) e concluíram que, nas atividades assistenciais, de prestação de vários serviços e disseminação do conhecimento, as interações eram intensas, mas, na promoção da inovação (em organizações públicas ou privadas), muito teria que ser melhorado. Ciconet Filho (2012), investigando o dinamismo da inovação no setor automotivo da área de Caxias do Sul (RS), à luz do debate sobre Arranjos Produtivos Locais, obser-

vou que a presença da Universidade de Caxias do Sul não era referida com destaque no discurso empresarial: as empresas maiores preferiam interagir com outras instituições e as empresas menores (médias e pequenas) acreditavam haver grande distância entre os seus objetivos e os da universidade.

Estudos pontuais desse tipo representam detalhamento do que Suzigan e Albuquerque (2007) diagnosticaram mais amplamente para o Brasil como um todo: o padrão de interação entre universidade e empresa ou entre universidade e tecido produtivo é problemático, com vínculos que pouco ajudam a dinamizar a economia com base em inovações. As poucas experiências de sucesso são exceções que confirmam a regra.

Assim, o crescimento da extensão universitária certamente repercutiu em diversos programas de desenvolvimento local ou regional (SICSU, 1997), mas as dificuldades nas interações entre universidade e tecido produtivo limitam a participação da primeira na promoção do desenvolvimento nessa escala, como se observa em diferentes estudos de caso. Por exemplo, uma pesquisa sobre duas instituições da região norte do Paraná (Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina) captou ligação das suas atividades com problemas e interesses daquele território, mas concluiu ser necessário aprimorar o relacionamento com o entorno, para que — numa sugestiva indicação — “[...] as restrições de ambas as partes possam ser superadas” (ROLIM; SERRA, 2009, p. 96).

Universidades e regiões (governos, setor produtivo) possuem objetivos diferentes e operam segundo lógicas e critérios próprios, fato que, nessas instituições do norte do Paraná, resulta em “[...] grande volume de conhecimento acumulado que não consegue chegar aos potenciais utilizadores” (ROLIM; SERRA, 2009, p. 97). Por isso, apesar das parcerias, barreiras necessitam ser removidas para que a ação universitária possa reverberar mais fortemente no desenvolvimento dessa região.

O quadro não destoia no Polo Universitário de Volta Redonda (PUVR), da Universidade Federal Fluminense (UFF), instalado na Região do Médio Paraíba Fluminense (RJ). Baseados em pesquisa de campo, Ferreira e Leopoldi (2013) notaram carências no estímulo às inovações e no apoio ao desenvolvimento local ou regional. Dentre os problemas, sobressaiu a passividade na aproximação às empresas e ao setor público. As razões do fraco envolvimento do *staff* acadêmico com a inovação incluem “[...] a ausência de um direcionamento estratégico, [algo que] dificulta a realização de atividades de interação com a sociedade” (FERREIRA; LEOPOLDI, 2013, p. 77), tanto que predomina a pesquisa em ciência básica, e não em aplicada, que tende a lubrificar as interações com o setor produtivo. Desse modo, embora o desenvolvimento territorial tivesse motivado a própria instalação

desse *campus*, o diálogo com os atores regionais continua um terreno a ser melhor laborado.

4 Por uma universidade de fato coadjuvante no desenvolvimento local ou regional

Como assinalado na **Introdução**, este artigo ocupa-se da questão referente à participação da universidade no desenvolvimento local ou regional, por meio do envolvimento voluntário e do engajamento estratégico. A gestão universitária pode e deve ser objeto de interpelação com respeito ao assunto, pois a conduta da instituição tende a influenciar o seu desempenho nessa direção. Contudo, essa participação implica (ou representa) o encontro de duas esferas distintas, impregnadas de lógicas específicas: a própria universidade e o território (a região, o local). Aparentemente trivial, essa colocação evoca os percalços frequentemente observados nesse diálogo, com os desafios inerentes a ele.

Na União Europeia (UE), por exemplo, esses desafios adquiriram maior vulto no contexto da crise econômica evidenciada em 2008. Uma estratégia central objetivou impulsionar a inovação e a transferência de tecnologia na escala das regiões por meio de vínculos entre universidades, formuladores de políticas e tecidos produtivos e de negócios. Logo ficou claro que os obstáculos ao diálogo têm origens múltiplas: referem-se à própria atuação universitária, muitas vezes incapaz de “chegar” à região, e também ao entorno local e regional, cujos setores privado e público podem não “alcançar” a universidade ou não ter interesse nesse envolvimento (EUROPEAN UNION, 2011).

Portanto, não depende só da universidade a sua participação no desenvolvimento local ou regional. A instituição sempre deve “[...] assegurar uma ‘oferta’ de mecanismos capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento regional, [...] [o que] exige compreensão sobre a ‘demanda’ da economia por inovação e novos tipos de intervenções” (EUROPEAN UNION, 2011, p. 33, tradução nossa). No entanto, as políticas e ações voltadas ao desenvolvimento que se restrinjam à própria universidade (limitadas, portanto, ao lado da “oferta”) pouco frutificam, pois deixam de fora situações que podem dificultar a efetiva colaboração com as regiões, ou seja, a tradução da pesquisa e do conhecimento em inovação e, por conseguinte, em crescimento e desenvolvimento.

A UE considera serem barreiras internas (na própria universidade) a essa colaboração: falta de conexão entre pesquisa e produção/disseminação de conhecimento, de um lado, e objetivos locais ou regionais de

desenvolvimento, de outro; escassez ou inexistência de instrumentos para um real envolvimento extramuros; prioridade para temas de pesquisa que representam maior facilidade de acesso a recursos, mas que pouco refletem as necessidades locais; opção de docentes e pesquisadores pela não participação no processo de desenvolvimento, preferindo um olhar distante e crítico sobre a realidade, em detrimento da abordagem de problemas concretos; reduzidas condições para ampliar a abrangência da ação universitária e liderar processos de mudança.

As barreiras no lado da “demanda” (na região) dizem respeito, entre outros fatores, a: escassa importância atribuída à universidade por destacados agentes públicos e privados locais; falta ou insuficiência de “instituições-pontes” entre o meio produtivo e a universidade; restrição de capital para P&D nas empresas locais, reduzindo-lhes o interesse pelas possibilidades representadas pela universidade nesses termos; difícil absorção do conhecimento gerado na universidade pelo tecido empresarial; deficiente comunicação com a esfera acadêmica, assim expressa pela UE: “Os setores público e privado são alienados pela linguagem acadêmica e pelos [associados] padrões de trabalho; suspeita-se das motivações das universidades e sobre essas estarem ‘na’ região, mas não [serem] ‘da’ região” (EUROPEAN UNION, 2011, p. 34, tradução nossa).

Como se vê, a gestão voltada ao encorajamento da participação universitária no desenvolvimento local ou regional não pode cobrir todos os fatores envolvidos, não só porque a universidade representa somente um elemento entre outros desse desenvolvimento, mas também pelo fato de as regiões não “existirem” ou “funcionarem” num vácuo de relações com processos em curso, em vários níveis. De toda maneira, cabe à universidade favorecer a comunicação entre as suas atividades e o território no qual marca presença diretamente. Projetar-se na comunidade significa, antes de qualquer coisa, informar sobre si. Sem que a sociedade tenha conhecimento do que a universidade faz ou é capaz de fazer e sem que essa identifique o que a comunidade (a região) necessita e espera das interações com o meio acadêmico, as chances de um relacionamento fértil tendem a ser pequenas, se existirem.

A iniciativa pode (e deve) partir da universidade. Adaptar a comunicação dos resultados das pesquisas (a linguagem acadêmica), com demonstrações convincentes sobre a sua utilidade — e o interesse para o “mundo exterior” imediato —, é forma de atrair a comunidade. Esse parece um bom caminho para captar as necessidades sociais, dando um correto sentido à projeção (extensão) universitária. Discernir mudanças em andamento, incorporando novas demandas na agenda universitária, espelha sintonia com a vida extramuros e inclinação à busca de respostas para problemas reais.

Da continuidade das interações assim impulsionadas, uma influência mútua pode ganhar corpo, robustecendo as condições para o diálogo do território com a universidade e para a utilização do potencial dessa instituição pelos agentes no entorno. Nesse movimento, eventuais restrições ou desinteresses de professores e pesquisadores, no tocante à inclusão de questões locais ou regionais nas suas atividades, podem ser superados no bojo de uma crescente demanda territorial.

Isso não deve significar confinamento das práticas universitárias ao horizonte das necessidades locais, perdendo-se de vista problemas mais abrangentes e de maior alcance. Representa simplesmente avançar na absorção da dimensão territorial, ao lado de outras escalas. Aliás, diversificar a atuação constitui procedimento estratégico de uma adequada gestão universitária, que deve zelar pela qualidade acadêmica em educação e pesquisa, de acordo com os melhores padrões estabelecidos e, ao mesmo tempo, atuar no estímulo às inovações e na promoção do desenvolvimento local ou regional (LINDQVIST, 2012).

Por isso, é importante desenvolver a própria gestão universitária numa direção compatível. Em diferentes casos, isso há de implicar aprendizagem, pois, na economia moderna, também as instituições, públicas ou privadas, necessitam aprender (GLASMEIER, 1999). Um eixo de aprendizagem diz respeito às próprias rotinas administrativas. Melhorar os processos burocráticos e acelerar os procedimentos, diminuindo os espaços em que prevalecem a lentidão ou as obstruções nos diversos fluxos, são providências necessárias em quaisquer circunstâncias, mas especialmente em relação às interações entre a universidade e o tecido produtivo e institucional externo.

Outra direção refere-se ao ensino. Para Lundvall (2002), formar indivíduos com boa educação, habilidades e espírito crítico sempre configura a principal contribuição social da universidade. Contudo, uma melhor vinculação entre os conteúdos disponibilizados e a realidade imediata, com seus aspectos, necessidades e problemas, é medida estratégica em uma gestão universitária interessada no desenvolvimento local ou regional. A projeção na comunidade há de significar percepção (com desdobramentos práticos) sobre o que a região necessita em matéria socioprofissional — informação que tem no acompanhamento dos egressos uma fonte qualificada.

Tudo isso ressoa em criação de cursos novos, em reestruturação curricular, com introdução de conteúdos próximos dos interesses locais ou regionais (ao lado do interesse geral, fiel aos princípios universais que regem a formação universitária), e em mudança nos métodos de aprendizagem e procedimentos didáticos de uma forma ampla. Crucial é a projeção extramuros para impulsionar as inovações, com transbordamento do conhecimento no sentido da difusão tecnológica. Para isso, aprimorar a comunicação é

uma medida estratégica numa gestão universitária moldada adequadamente.

No entanto, essa comunicação tem dois sentidos que se complementam nos seus desdobramentos: comunicação, primeiramente, para evidenciar a importância e o potencial da universidade em termos científicos e tecnológicos, representando auxílio ao desenvolvimento. Isso requer uma competente divulgação e uma aproximação universidade-sociedade mediante intercâmbios bem concebidos e executados. E comunicação também no sentido da compatibilidade entre práticas, discursos e interesses dos agentes implicados. Como assinalam Leydesdorff e Etzkowitz (1996, p. 283, tradução nossa),

Todos os atores e agências envolvidos [no diálogo entre universidade, indústria e governo] são reflexivos, ou seja, sempre ajustam suas posições [...]. Competências comunicativas [...] tornam-se tão importantes quanto realizações em cada [...] [esfera].

Problemas nessa comunicação obstaculizam a interação da universidade com o setor produtivo e os demais segmentos da sociedade local ou regional e limitam a participação da primeira no desenvolvimento nessa escala.

Melhorar essa comunicação representa um grande desafio, mas a tarefa é incontornável numa gestão universitária em prol do desenvolvimento. No lado da região, o efeito pode ser a quebra de eventuais resistências ou inibições no reconhecimento de um papel da universidade que transcenda o ensino, rumo ao uso pleno do potencial disponível. Pelo ângulo da instituição universitária, essa comunicação pode estimular a inserção de questões sociais, produtivas e institucionais próximas nas suas atividades de pesquisa, favorecendo uma extensão (envolvendo, inclusive, a pós-graduação) bastante permeada por tais interesses e problemas.

5 Universidade e desenvolvimento local ou regional: uma ilustração catarinense

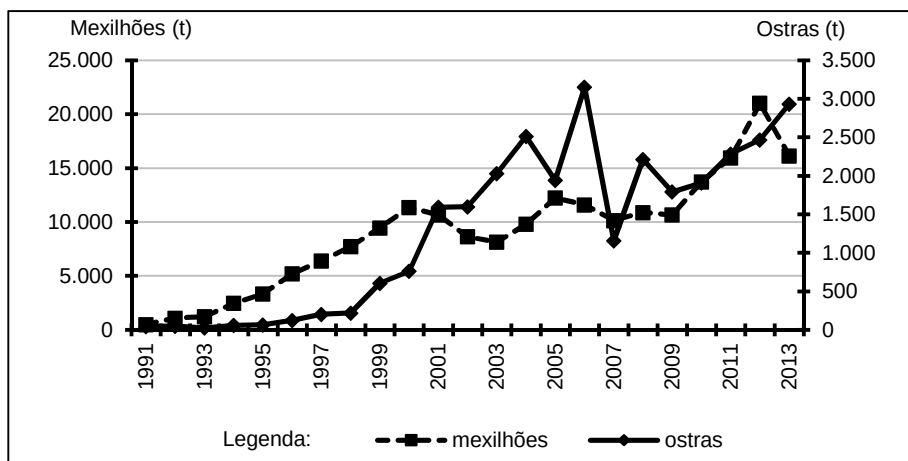
Uma instrutiva ilustração de vínculos férteis entre instituições universitárias e seus ambientes imediatos concerne à decisiva participação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no florescimento da maricultura nesse estado, cujo litoral estende-se por quase 600 quilômetros e apresenta diversas localidades vinculadas historicamente à pesca artesanal, um reflexo da colonização açoriana no século XVIII. Especialmente implicada foi a região de Florianópolis, capital do Estado, onde desponta o cultivo de mexilhões e, principalmente, de ostras, que outorga proeminência nacional

a essa área desde meados dos anos 90 (produzem-se também vieiras, mas em pequena quantidade).

A inovação representada por esse setor no litoral catarinense, e seu trajeto expansivo (Figura 1), é inseparável das atividades da UFSC (LINS, 2006). No início dos anos 80, o seu Departamento de Aquicultura começou a pesquisar as chances no cultivo de ostras nativas, e a frustração orientou as atenções para a (espécie exótica) ostra do Pacífico, que se adaptou ao clima local e mostrou bom desenvolvimento em cativeiro. Paralelamente, cresceram os estudos sobre mexilhões. Tiveram grande importância parcerias, como as ocorridas por meio da Canadian International Development Agency, das quais resultou um programa para comunidades pesqueiras pobres do Brasil, com a participação de várias universidades nacionais e canadenses.

Figura 1

Produção de moluscos comercializados por Santa Catarina — 1991-2013

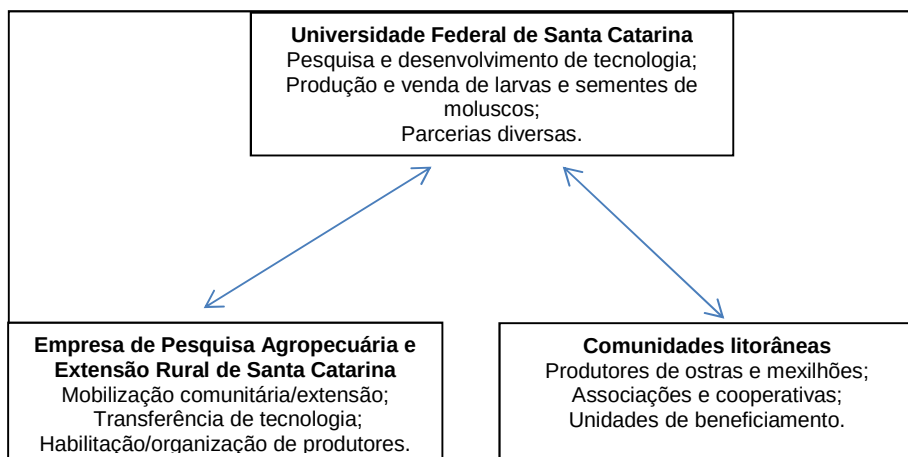


NOTA: Elaborado pelo autor com base em Santos e Costa (2014).

As atividades protagonizadas nessa universidade logo repercutiram na formação de uma rede de agentes em nível local, como estilizado na Figura 2. Um lugar de grande destaque nessa rede passou a ser ocupado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), do governo estadual: a busca de alternativas para comunidades litorâneas castigadas pelo declínio da pesca artesanal e o amargado estreitamento das condições de reprodução social nessas localidades provocaram interesse naquela instituição, pelo que se fazia na UFSC em pesquisa sobre moluscos.

Figura 2

Vínculos básicos na trajetória da maricultura em Santa Catarina



Essa aproximação interinstitucional ensejou, por exemplo, a obtenção de formação acadêmica específica por quadros técnicos da Epagri junto à UFSC, representando o “alcance” da comunidade via ensino. Contudo, essa projeção atingiu principalmente as comunidades litorâneas. O instrumento básico foi o extensionismo da Epagri, mobilizando as comunidades em torno da maricultura, prestando informações e assistência técnica e encaminhando questões não só burocráticas e administrativas, mas também regulatórias (interagindo com instituições ligadas aos problemas ambientais) e de organização dos produtores. Assim, problemas vivenciados localmente, como a atrofia de atividades tradicionais, que geravam dificuldades sociais e econômicas e se mostravam progressivos, contribuindo para o abandono das comunidades pelos contingentes mais jovens, acabaram “alcançados” por atividades de C&T realizadas na UFSC.

Essa projeção reverberou, de fato, nas localidades. Dados anualizados sobre essa atividade no Estado, relativos a 2013, indicavam a atuação de quase 590 maricultores no cultivo de moluscos — mexilhões e ostras, principalmente, mas também vieiras —, cuja produção traduziu-se em comercialização (moluscos na concha) estimada em R\$ 55,4 milhões (SANTOS; COSTA, 2014). Assinale-se que a cadeia produtiva da maricultura inclui outras atividades além do cultivo em si, sugerindo uma quantidade de postos de trabalho e de focos de geração de renda, ligados direta e indiretamente à atividade, com números muito mais elevados do que os repertoriados por esses levantamentos.

É importante observar que, se o “alcance” do território pelas atividades da UFSC se deveu muito à Epagri, o diálogo direto entre a universidade e as localidades litorâneas nunca esteve ausente. Com efeito, as pesquisas sobre tecnologias de cultivo, escoradas nas estruturas laboratoriais, evoluíram em meio a interações diretas. A experiência dos membros das comunidades e o conhecimento profundo sobre seus ambientes de vida e trabalho nutriram a pesquisa científica e contribuíram decisivamente para o aprimoramento das práticas de produção.

Refere-se aqui ao caráter bastante fértil, na experiência narrada, do entrelaçamento entre conhecimento científico e conhecimento tácito, tradicional, impregnado na vivência pesqueira dessas comunidades. Esse cruzamento de saberes, que repercute no surgimento de novas possibilidades em termos de desenvolvimento local ou regional, só poderia acontecer sob o signo de uma interação intensa nas localidades litorâneas, impregnada na disseminação da nova atividade.

O relacionamento direto entre universidade e tecido produtivo, na experiência relatada, cercou também um dos grandes problemas enfrentados pelos maricultores. Suas dificuldades para obtenção de sementes de moluscos mereceram especial atenção no processo, fazendo a universidade operar como principal fornecedor de larvas e sementes de ostras do Pacífico e como instância privilegiada para o aprimoramento de coletores artificiais de sementes de mexilhões. Ainda sobre o que a UFSC ofereceu diretamente às comunidades, deve-se igualmente ressaltar que a parceria canadense representou oportunidades para intercâmbios entre os maricultores locais e os daquele país, com viagens e visitas que favoreceram e sustentaram mecanismos que podem ser designados como *learning by observing* e *learning by interacting*.

O sentido de rede, da qual a UFSC foi desde o início um esteio maior, sempre marcou presença no percurso observado. Trocas sistemáticas entre as esferas do conhecimento científico e tradicional, com fertilização recíproca entre a pesquisa científica e a realidade do cultivo nas localidades onde a Epagri logrou introduzir a nova prática no litoral catarinense, estão a denotar uma comunicação consideravelmente fluida entre os agentes envolvidos, com convergência das linguagens e dos interesses, um fator importante da projeção extramuros das atividades universitárias.

Contudo, tudo isso não deve fazer pensar, é importante dizer, que essa nova prática do litoral catarinense não enfrentou (e não enfrenta) problemas. Eles existem e são de diferentes naturezas. Por exemplo, conflitos socioambientais vincam o cenário, tendo em vista a multiplicidade de atores que protagonizam a apropriação dos ecossistemas costeiros: além dos maricultores, trata-se, entre outros, dos pescadores artesanais e dos próprios

habitantes da orla marítima, com seus interesses e racionalidades, o que não deixa de representar litígios e asperezas nos relacionamentos (VINATEA; VIEIRA, 2005).

Não faltam impasses sequer nas relações entre quadros da UFSC e da Epagri. A pesquisa de Vinatea e Vieira (2005), realizada diretamente com distintos agentes envolvidos, permitiu observar, entre integrantes da primeira, reclamações sobre o modo como a Epagri demarcou áreas de cultivo. Da mesma forma, registrou, entre técnicos da segunda, queixas sobre o que se qualificou como insuficiências nos resultados das atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito da UFSC.

Seja como for, o que interessa aqui é o envolvimento da instituição universitária na promoção do desenvolvimento em escala territorial, com destaque para a problemática da gestão universitária como liturgia executada para sustentar e estimular essa participação. Pode-se dizer que o papel da UFSC na emergência, no florescimento e na expansão da maricultura, em Santa Catarina, com os reflexos registrados, é ilustrativo desse tipo de envolvimento. Cabe também postular que a gestão universitária, nesse caso, exercitada de maneira a proporcionar e favorecer, por exemplo, parcerias locais e até internacionais e vínculos como os de fornecimento de sementes de moluscos aos maricultores, revelou-se sintonizada com importantes demandas territoriais e protagonizada de modo condizente com objetivos de promoção do desenvolvimento local ou regional.

É sugestivo que, estudando a situação presente em localidades fortemente vinculadas ao cultivo de moluscos na região da Grande Florianópolis, uma na Ilha de Santa Catarina (Santo Antônio de Lisboa) e outra no litoral continental sul (Enseada do Brito), Vinatea e Vieira (2005) tenham captado diferenças substanciais nas condições de vida e trabalho usufruídas por maricultores, de um lado, e por pescadores artesanais não ligados a essa prática, de outro. Os primeiros auferiam da sua atividade renda individual mensal de cinco salários mínimos, em média, enquanto os segundos não atingiam mais que dois salários mínimos; os primeiros logravam utilizar a renda obtida em gastos destinados à melhoria da qualidade de vida da família e à manutenção e ao aumento das estruturas de cultivo, ao passo que os segundos conseguiam apenas sobreviver e repor as condições dos utensílios de pesca.

Esses resultados são coerentes com os registros obtidos por Saidy e D'Agostini (2011) junto a ostreicultores do Ribeirão da Ilha, localidade do litoral sudoeste da Ilha de Santa Catarina, em pesquisa sobre qualidade de vida e condições para viver. Os produtores entrevistados pelos autores informaram considerar bom o nível de “[...] remuneração do capital investido, e demonstraram satisfação com as condições de manutenção familiar, des-

crevendo que a atividade lhes proporciona conforto e segurança, e pensam na expansão da atividade” (SAIDY; D’AGOSTINI, 2011, p. 152).

Cabe salientar ainda que essa projeção territorial da UFSC continua a exibir iniciativas importantes. Em fevereiro de 2014, essa universidade assinou contrato com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) para execução do projeto **Desenvolvimento e implantação de novas tecnologias de produção de microalgas e de espécies nativas de moluscos bivalves no Laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC** (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2014). Os recursos teriam origem no Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito.

Na descrição da atividade, que tem perfil de exposição de motivos para sustentar a iniciativa, afirma-se que o referido laboratório “[...] desempenha um papel crucial, sendo o principal fornecedor regular de sementes de moluscos bivalves em todo o Brasil [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2014, p. 9), mas que, para atender à crescente demanda dos maricultores por sementes, faz-se necessário avançar em pesquisa e desenvolvimento de processos produtivos mais eficazes, no tocante às microalgas e larvas. Com recursos repassados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, o Laboratório de Moluscos Marinhos realizou atividades nessa direção até meados de 2015.

Uma questão a mais merece ser assinalada, tendo em vista a estrutura do artigo. Na terceira parte, falou-se que são geralmente problemáticas, no Brasil, as interações entre a instituição universitária e os tecidos sociais e produtivos no seu entorno, fruto de descompassos diversos e de timidez, insuficiência ou inadequação na projeção extramuros da primeira. No relato da experiência da UFSC com respeito à maricultura em Santa Catarina, a imagem é de uma situação distinta da aparente regra, o que chama atenção. Assim, vale sistematizar um conjunto de fatores que, na percepção do autor, subjaz ao observado na relação dessa universidade com o desenvolvimento da maricultura catarinense.

O próprio interesse científico, no seio da UFSC, deve ser indicado como um importante fator. Esse interesse é antigo, remontando, como indicado, ao início dos anos 80, pelo menos, e ganhou tradução em laboratórios, programas de pesquisa, formação em pós-graduação e parcerias internacionais. Outro fator diz respeito à existência de uma “demanda social” ligada à presença histórica de numerosas comunidades litorâneas, de cultura pesqueira, às voltas com problemas de reprodução causadores de abandono de práticas e de locais de moradia tradicionais. Também digno de nota foi o interesse do governo catarinense, refletido na atuação da Epagri, permitindo e impulsionando interações em escala de comunidade: sem isso, a penetra-

ção territorial da maricultura, isto é, o alcance das localidades pelas pesquisas realizadas na UFSC, não teria sido, provavelmente, possível, ao menos do modo como acabou ocorrendo. O fato de os resultados no plano local terem repercutido numa crescente adesão de famílias à nova prática também parece explicar o tipo de relação aqui focalizado, estimulando (talvez “pressionando”) a continuidade e o aprofundamento da presença da UFSC.

Em suma, poder-se-ia imaginar um processo circular em que o impulso científico reverberou por meio de vínculos institucionais, sob o favorecimento das circunstâncias, e, num contínuo processo de retroalimentação, os resultados obtidos encorajaram as esferas universitárias e técnicas e administrativas. Entretanto, cabe também ressaltar que a maricultura foi “absorvida”, por assim dizer, em diferentes planos locais. Por exemplo, foi criada, em Florianópolis, em 1999, a Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana (Fenaostra), um evento que ajuda a difundir o consumo desse produto e que marca, desde então, o calendário turístico e cultural local.

6 Considerações finais

A universidade sempre foi um importante coadjuvante no processo de desenvolvimento socioeconômico, em diferentes latitudes e circunstâncias. A sua natureza de produtora e disseminadora de conhecimento e de formadora de pessoas confere-lhe particular destaque nesse sentido. Na era da globalização, quando a aprendizagem e a inovação têm ainda mais reconhecidos os seus atributos de fatores indispensáveis ao desenvolvimento, esse papel da universidade ganha novas dimensões.

No entanto, também novos desafios para a universidade passam a vincar o cenário. Não se trata mais de somente, ou principalmente, gerar conhecimento pelo avanço em C&T e com P&D, em termos tecnológicos, e de transmiti-los via ensino. É essencial garantir que os resultados obtidos nas pesquisas que florescem no ambiente acadêmico transbordem para a sociedade e reverberem nessa escala. Pensando em termos de desenvolvimento local ou regional, isso quer dizer uma ampla projeção extramuros da universidade, “alcance” do ambiente próximo pelas suas realizações e potencialidades e, igualmente, efeitos no entorno implicando contribuição ao equacionamento de problemas concretos e à percepção de novas possibilidades, com reflexos para o desenvolvimento.

Essa projeção na comunidade, da qual representa ilustração o envolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina na trajetória da maricultura nesse estado, exige, contudo, uma condizente gestão universitária. Sensibilidade para problemas e interesses locais, ressoando na formação

acadêmica ofertada e nas pesquisas realizadas, é uma condição inescapável. Adequada comunicação com os tecidos produtivo, institucional e social externos, para transferir conhecimento, estimular inovações e, em termos amplos, participar da vida local ou regional, representa passo estratégico. Uma orientação nesse sentido é sintoma de gestão universitária afinada com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento.

Esse tipo de inclinação, abrangente nos seus reflexos ou mesmo com escopo mais modesto, há de repercutir especialmente em instituições universitárias com “vocação” regional. Santa Catarina, como outros entes federativos brasileiros, possui numerosos organismos desse gênero. Dados do Ministério da Educação para 2014 informam a presença de 438 instituições de educação superior distribuídas em 98 municípios catarinenses, das quais 216 são qualificadas como universidades e 103 como centros universitários (ao lado de faculdades, escolas superiores e institutos federais de educação, ciência e tecnologia), entre federais, estaduais, regionais (com várias origens federativas) e comunitárias (BRASIL, 2014). Diversos municípios e regiões catarinenses haveriam de registrar um papel ainda mais relevante das instituições universitárias instaladas em seus territórios, se um efetivo envolvimento com os problemas e as demandas locais ou regionais fosse uma orientação realmente privilegiada nas suas formas de gestão.

Referências

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

AUDRETSCH, D. B.; FELDMAN, M. R&D spillovers and the geography of innovation and production. **The American Economic Review**, Pittsburgh, PA, v. 86, n. 3, p. 630-640, June 1996.

BAIR, J. Global capitalism and commodity chains: looking back, going forward. **Competition & Change**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 153-180, June 2005.

BALDINI, J. P.; BORGONHONI, P. A relação universidade-empresa no Brasil: surgimento e tipologias. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 29-38, 2007.

BECCATINI, G. Le district marshallien: une notion socio-économique. In: BENKO, A.; LIPIETZ, A. (Dir.). **Les régions qui gagnent**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 35-55.

BENNEWORTH, P.; CHARLES, D. University spin-offs and economic development in less successful regions: learning from two decades of policy practice. **European Planning Studies**, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 537-557, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

BRISOLLA, S. *et al.* As relações universidade-empresa-governo: um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 18, n. 61, p. 187-209, dez. 1997.

BROOKFIELD, H. **Interdependent development**. 3. ed. London: Methuen, 1981.

CICONET FILHO, I. **Inovação no Arranjo Produtivo Local**: setor automotivo na região de Caxias do Sul (RS). 460 f. 2012. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

DINIZ, M. de F. S.; OLIVEIRA, R. S. de. Interação universidade-empresa, empreendimento inovador e desenvolvimento local: um estudo de caso da incubadora CENTEV/UFV. **Locus Científico**, [Brasília, DF], v. 1, n. 1, p. 10-18, 2006.

DOSI, G. Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, PA, v. 26, n. 3, p. 1120-1171, Sep. 1988.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

EUROPEAN UNION. **Connecting universities to regional growth: a practical guide**. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/universities2011/universities2011_en.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

FERREIRA, A.; LEOPOLDI, M. A. A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 60-82, jan. 2013.

FORAY, F. The secrets of industry are in the air: industrial cooperation and the organizational dynamics of the innovative firm. **Research Policy**, [S.l.], v. 20, n. 5, p. 393-405, 1991.

FRIEDMANN, J. The regional policy problem. In: FRIEDMANN, J. **Regional development policy: a case study of Venezuela**. Cambridge, MA: MIT Press, 1966. p. 5-19.

GARNICA, L. A.; FERREIRA JUNIOR, I.; FONSECA, S. A. Relações empresa-universidade: um estudo exploratório da UNESP do município de Araraquara/SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Rio de Janeiro: Abepro, 2005. p. 4383-4390.

GLASMEIER, A. K. Territory-based development policy and planning in a learning economy: the case of "real service centers" in industrial districts. **European Urban and Regional Studies**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 73-84, 1999.

GODIN, B.; GINGRAS, Y. The place of universities in the system of knowledge production. **Research Policy**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 273-278, 2000.

HARLOE, M.; PERRY, B. Universities, localities and regional development: the emergence of the "Mode 2" university? **International Journal of Urban and Regional Research**, Malden, MA, v. 28, n. 1, p. 212-223, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

HUDSON, R. "The learning economy, the learning firm and the learning region": a sympathetic critique of the limits to learning. **European Urban and Regional Studies**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 59-72, 1999.

JOHNSTON, R. J. The State, the region, and the division of labor. In: SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Ed.). **Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Winchester: Allen & Unwin, 1986. p. 265-280.

KAPLINSKY, R. **Spreading the gains from globalization: what can be learned from value chain analysis?** Brighton: Institute of Development Studies, 2000. (IDS Working Paper, 110).

LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. Emergence of a Triple Helix of university-industry-government relations. **Science & Public Policy**, [Oxford], v. 23, n. 5, p. 279-285, 1996.

LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. The Triple Helix as a model for innovation studies. **Science & Public Policy**, [Oxford], v. 25, n. 3, p. 195-203, 1998.

LINDQVIST, M. The role of universities in regional development. **Nordregio News**, Stockholm, n. 2, 2012. Disponível em:

<<http://www.nordregio.se/en/Metameny/Nordregio-News/Issue-22012/The-Roles-of-Universities-in-Regional-Development>>. Acesso em: 9 ago. 2014.

LINS, H. N. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 44, n. 2, p. 313-330, abr./jun. 2006.

LUNDVALL, B. A. **The university in the learning economy**. Aalborg: Aalborg University, 2002. (DRUID Working Paper, n. 02-06). Disponível em: <<http://www3.druid.dk/wp/20020006.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

LUNDVALL, B. A.; BORRÁS, S. **The globalising learning economy: implications for innovation policy**. Brussels: European Commission, Directorate General XII — Science, Research & Development, 1997.

MASKELL, P.; MALMBERG, A. Localised learning and industrial competitiveness. **Cambridge Journal of Economics**, [Oxford], v. 23, n. 2, p. 167-185, 1999.

MORGAN, K. The learning region: institutions, innovation and regional renewal. **Regions Studies**, [S.l.], v. 31, n. 5, p. 491-503, 1997.

NELSON, R. R. The co-evolution of technology, industrial structure, and supporting institutions. **Industrial and Corporate Change**, [Oxford], v. 3, n. 1, p. 47-63, 1994.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Moraes, 1967.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009.

SAIDY, L.; D'AGOSTINI, L. R. Qualidade de vida e condições para se viver dos maricultores: um estudo exploratório no Ribeirão da Ilha, Florianópolis-SC. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 13, n. 25, p. 138-157, 2011.

SANTOS, A. A.; COSTA, S. W. **Síntese informativa da maricultura 2013**. Florianópolis: EPAGRI/CEDAP, 2014. Disponível em:

<<http://www.epagri.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/S%C3%ADntese-informativa-da-maricultura-2013.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SICSÚ, A. B. O papel da extensão universitária no desenvolvimento regional: considerações sobre o caso brasileiro. **Revista de Ciência e Tecnologia**, Recife, v. 1, n. 1, p. 52-67, 1997. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B9zr_v5XGE7Halk4SF9HaDg5WW8/edit>.

Acesso em: 12 ago. 2014.

STILWELL, F. J. B. Competing analyses of the spatial aspects of capitalism development. **The Review of Radical Political Economics**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 18-27, 1978.

SUTZ, J. The university-industry-government relations in Latin America. **Research Policy**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 279-290, 2000.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. da M. e. A interação entre universidades e empresas em perspectiva histórica: uma investigação preliminar do caso brasileiro. In: SEMINÁRIO SOBRE RELAÇÕES UNIVERSIDADE-EMPRESA NO SUL DO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA UM SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO, Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. 1 CD-ROM.

SWEENEY, G. **National innovation policy or a regional innovation culture**. Birmingham: European Network on Industrial Policy, 1995. (Working Papers in European Industrial Policy, n. 1).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Contrato 235/2013**: contrato que entre si celebram a Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária — FAPEU. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121741/235_2013.pdf?sequence=37&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2016.

VEDOVELLO C.; PUGA, F. P.; FELIX, M. Criação de infra-estruturas tecnológicas: a experiência brasileira de incubadoras de empresas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 183-214, 2001.

VINATEA, L. A.; VIEIRA, P. F. Modos de apropriação e gestão patrimonial de recursos costeiros: o caso do cultivo de moluscos na baía de Florianópolis, Santa Catarina. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 147-154, 2005.